

## **DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO ATUAL**

O debate atual sobre as questões que permeiam a sociedade contemporânea, desde a reprodução ampliada da miséria até destruição do meio ambiente, passando pelo aprofundamento das opressões em relação à classe, gênero e etnia, questiona também sobre a produção de conhecimento gerado nesse contexto. Fica evidente que a sociedade tem se tornado cada vez mais refém da lógica mercadológica, a qual que tem presidido o conjunto das relações sociais gestadas nessa sociedade. Esta lógica se apresenta no campo da pesquisa não apenas pelo crescente incentivo à busca por financiamentos de origem privada e nas dificuldades cada vez maiores impostas ao exercício do ofício de pesquisador, mas sobretudo pela determinação da lógica do privado na definição de objetivos, critérios, procedimentos prazos e resultados para a investigação. Nessa determinação se assiste, por um lado, a banalização do conhecimento científico à medida que os critérios de excelência estão vinculados à capacidade dos pesquisadores competirem no mercado intelectual, ou seja, aos critérios da produtividade científica e da eficácia de seus resultados. Por outro lado, mais preocupante ainda, é a redução das questões teóricas no processo de abordagem dos fenômenos como meros problemas empíricos. Sobre isso Viana (2009) ao tratar particularmente as ciências sociais aponta para o vazio teórico que tem prevalecido nas discussões acadêmicas. Para ela muitos dos cientistas sociais, diante das transformações intensas e rápidas da realidade social a tem tratado como se ela fosse auto-explicável, como se prescindisse de teorias explicativas. Dessa forma se submete cada vez mais à sua autoteorização, ao invés de proceder a sua decodificação no plano da reflexão. Isso tem produzido nefastas consequências para se pensar que uma outra realidade é possível onde questões éticas, como a igualdade e a justiça social, sejam recolocadas.

Esse cenário confirma o pessimismo de Eric Hobsbawn (1994, p. 562) no seu livro *A era dos extremos – a breve história do século XX* – quando afirma “que vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e

tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo nos últimos dois ou três séculos”. Acrescenta, no seu último parágrafo que se a humanidade quiser ter um futuro reconhecível, é necessário que o terceiro milênio não se construa como um prolongamento do passado, pois o seu prolongamento significa a escuridão, ou seja, seu próprio fracasso.

Nesse contexto sombrio e agora, já no final da segunda década do século XXI, busca-se dentro da hegemonia do capital construir resistências nos diversos campos da vida social. No campo da produção do conhecimento não é diferente, especialmente em áreas onde a questão social é o objeto de trabalho e investigação. Nesta perspectiva o painel *Desafios del trabajo social en el escenario actual*, realizado no VI Congresso da Red Española de Política Social, realizado sob os auspícios da Red Española de Política Social, em fevereiro de 2017, na cidade de Sevilha - Espanha promoveu o encontro de pesquisadores comprometidos com a busca de alternativas para o enfrentamento da realidade que parece afogar a todos. Nessa ocasião pesquisadores de vários países apresentaram e debateram seus trabalhos, e em seguida debruçaram-se novamente sobre suas análises considerando as contribuições do debate. Assim puderam aprofundar suas reflexões e recolocá-las para o público através desse número da revista *Sociedade em Debate*.

Os artigos apresentados buscam responder ao desafio de apreender e construir alternativas para o cenário atual de subordinação do social ao econômico e agravamento de demandas antigas e atuais, como é a grave questão dos refugiados e migrantes. Como solução para a crise das economias capitalistas são impostas políticas de ajustes estruturais que interrompem as tendências de construção de um Estado de proteção social de cunho universalista. Este ideário entra em declínio em finais do século XX e início do século XXI e, em seu lugar surgem às iniciativas de alteração do consenso construído anteriormente tendo como objetivo a igualdade social. A redução das desigualdades deixa de ser o objetivo a ser perseguido e há a responsabilização da família e das organizações da sociedade civil pela proteção social. Assiste-se, portanto, à desobrigação do poder público com a cidadania social, conforme evidenciam não só os processos de privatização de ações tradicionalmente sob a responsabilidade pública, a persistente redução de direitos conquistados, especialmente os relacionados à proteção universal e o retorno de um xenofobismo perverso.

As políticas sociais, especialmente as referentes aos grandes sistemas, como saúde e assistência social, foram e vêm sendo modeladas por uma institucionalidade pretensamente modernizadora e decorrente de diversos fatores, dos quais dois se sobressaem. De um lado, as orientações normativas e programáticas das agências governamentais responsáveis pelos

processos decisórios, financiamento e regulação das políticas públicas; de outro, no campo operativo, as decisões locais, as quais ficam a cargo dos gestores, e as ações desempenhadas pelos profissionais que integram as equipes interprofissionais, entre as quais se destacam os assistentes sociais. Neste sentido a literatura indica que, muitas vezes, os processos de implementação remodelam, no plano local e regional, as grandes decisões e desenhos políticos definidos em plano nacional. Esta constatação descortina um papel essencial para os profissionais de ponta dos sistemas.

As diretrizes e dos formatos das políticas sociais são revistos, ganhando relevância os procedimentos gerenciais e a racionalidade burocrática/mercantil na gestão dos serviços. Assim, no plano organizativo, os programas são desenhados e regulados de acordo com os princípios e a lógica da administração gerencial e da racionalidade técnico-burocrática. Tem ocorrido, nesta linha, a “invenção” de “novos” programas sociais capazes de responder a este novo contexto, acompanhados da busca de novas técnicas e novos modelos de intervenção e formas de avaliação.

Nesse contexto, são nítidas as exigências impostas ao trabalho profissional na linha de trâmites burocráticos e cobrança constante da quantificação de resultados. Em face desta situação questiona-se quais seriam os caminhos teórico-metodológico que poderiam reduzir a descaracterização das ações profissionais em face da burocratização e da informatização expansiva dos serviços sociais.

Os textos apresentados nesta edição abordam, também a funcionalidade dos agentes implementadores das políticas estatais na institucionalização das políticas, buscando identificar os contornos fundamentais do quadro de regressão dos direitos sociais a partir das demandas apresentadas ao serviço social; evidenciar as distintas formas e dimensões deste desmonte e possibilidades e desafios colocados ao serviço social neste contexto; debater possíveis encaminhamentos levando em conta as peculiaridades do serviço social como trabalho em serviços e parte intrínseca da operacionalização de políticas, o que possibilitaria ampliar os espaços democráticos e a fruição dos direitos sociais para além do plano formal.

Assim, espera-se que os artigos apresentados sejam lidos, parafraseando Marilena Chaui (2001), como parte da resistência e do combate à ordem estabelecida e que escovam a história a contrapelo, recusando a servidão voluntária.

Regina Celia Tamaso Miotto, Susana Cazzaniga, Vera Maria Ribeiro Nogueira.

Fevereiro de 2018.

## **Referências**

- CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade. São Paulo: editora UNESP. 2001
- VIANA, M. L. W. O culpado é o mordomo? Constrangimentos outros (que não os do modelo econômico) à seguridade social. In FLEURY, S.; LOBATO, V. C. L. Seguridade Social, Cidadania e Saúde. Rio de Janeiro: Cebes. 2001, p.64-83
- HOBBSAWM, E. ERA DOS EXTREMOS - O breve século XX – São Paulo: Cia das Letras. 1994

### **Regina Celia Tamaso Miotto**

regina.miotto@gmail.com

Doutorado em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas.

Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

### **Susana Cazzaniga**

susuca@arnet.com.ar

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidad de Entre Ríos

Docente de la Facultad de Trabajo Social de la Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina.

### **Vera Maria Ribeiro Nogueira**

veramrn@gmail.com

Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Professora colaboradora da Universidade Federal de Santa Catarina e professora adjunta da Universidade Católica de Pelotas.